



Identificação
Área de Avaliação: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III
Coordenador de Área: João Santana da Silva (USP-RP)
Coordenador-Adjunto de Área: Roque Pacheco de Almeida (UFSE)
Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Claudio Antonio Bonjardim (UFMG)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

Desde o século XIX os cientistas de nossa área têm enfrentado e proposto soluções para epidemias e pandemias, incluindo a febre amarela, doença de Chagas, leishmaniose, cisticercose, entre outras. Hoje o Brasil ocupa lugar de destaque na produção científica na área de parasitologia e doenças infecciosas, sendo que parte considerável dessa produção é realizada por docentes de nossa área. Chama atenção para o fato de a quantidade, nesse caso, refletir também em qualidade. Hoje, conforme o Qualis da área, aproximadamente 50% dos trabalhos científicos publicados por docentes e discentes dos programas da área tem fator de impacto superior a 2.

A Área de Ciências Biológicas III (CBIII) está consolidada, com ótimo desempenho, como demonstrado pela qualidade e quantidade de publicações, pela inserção dos egressos na carreira científica em Universidades públicas e privadas, em empresas de inovação tecnológica e no ensino, além da capacidade demonstrada dos docentes e egressos no enfrentamento e resolução dos problemas relativos à parasitologia, microbiologia e imunologia no país. A área de CBIII compreende programas com atuação nas áreas de Parasitologia, Microbiologia e Imunologia. Em consequência, constata-se que essas áreas contextualizam-se nos cenários nacional e internacional inseridas entre as de maior impacto e visibilidade da ciência brasileira, onde se encontram pesquisadores com excelentes índices de citações de suas produções científicas. No entanto, como recentemente enfatizado no Comunicado No. 002, emitido pela coordenação da área CBIII, em maio de 2012, a ampla maioria dos programas constitui-se, na verdade, de programas interdisciplinares que, além de atuarem nestas três áreas do conhecimento, apresentam também projetos nas áreas de Genética, Bioquímica, Biologia Geral, Biologia Molecular, Biologia Celular, Bioestatística e Bioinformática.

Na Avaliação Trienal 2010 tínhamos 24 programas de pós-graduação (PPGs), concentrados principalmente na região Sudeste. A coordenação de área adotou estratégias visando à implantação de novos programas de Pós-Graduação na área de CBIII, bem assim uma distribuição geográfica mais homogênea destes nas diferentes regiões do território brasileiro. Observamos bons resultados desta estratégia. A área de CBIII conta atualmente com um total de 32 programas recomendados e reconhecidos pela CAPES, com um crescimento de 33,3% comparado com o triênio anterior. Em relação à distribuição geográfica dos programas, no triênio anterior o Sudeste (58,3%) concentrava a maior parte dos programas, os outros eram distribuídos no Nordeste (12,5%), no Norte (12,5%), no Sul (12,5%) e apenas 4,2% no Centro-Oeste. No presente triênio, houve significativa diminuição desta heterogeneidade regional, uma vez que a quase totalidade dos novos programas foram credenciados nas regiões Norte (15,6%), Nordeste (15,6%) e Centro-Oeste (12,5%), havendo uma redução relativa na região Sudeste (46,9%) e a região Sul, a única que não apresentou nenhum novo programa credenciado no triênio, passou a responder por somente 9,4% dos programas da área. Devemos e estamos implementando esforços para a abertura de novos programas na região Sul do país.

O crescimento do número de programas, além de ter possibilitado maior formação de recursos humanos qualificados, resultou na expansão de novas linhas de pesquisa, incluindo algumas importantes para o desenvolvimento socioeconômico de diferentes regiões do território nacional, como estratégias para o controle da malária, detecção de vírus emergentes no norte do país, pesquisa e controle de leishmaniose visceral no Maranhão e de dengue no norte e sudeste, entre outras. Crescemos também em produção científica, com aumento de 79% no número de trabalhos de um triênio (2004-2006) para outro (2007-2009). Nos dois primeiros anos desse triênio (2009-2012), publicamos quase a totalidade dos trabalhos publicados no triênio anterior. É patente, no entanto, a falta de profissionais de nossa área, notadamente os de microbiologia e parasitologia. Assim sendo, a apresentação de novas propostas de curso novo (APCNs), incluindo para o mestrado profissionalizante, é necessária e bem-vinda.

A **Figura 1** mostra a distribuição dos programas de Pós-Graduação de nossa área. Note que houve uma melhora em termos de distribuição dos programas no país, embora outros programas precisem ser criados em áreas carentes, principalmente no sul e oeste do país.

Distribuição dos 32 programas da área
Ciências Biológicas III existentes em 2012

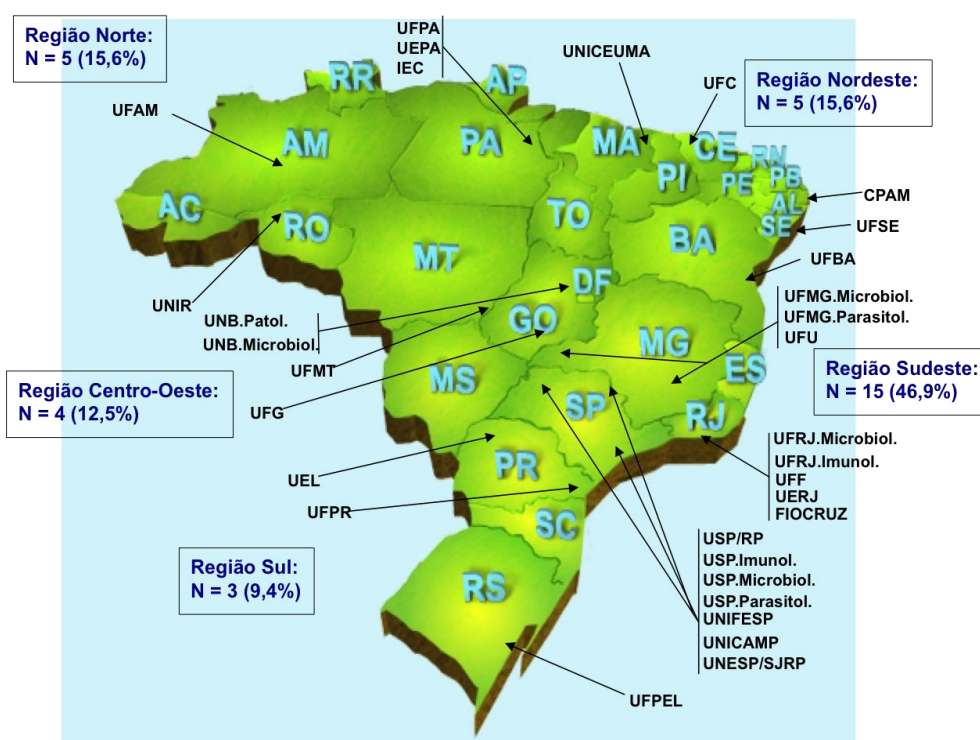


Figura 1: Distribuição dos Programas por Região

A partir dos dados da **Figura 2** abaixo, é possível concluir que há forte concentração dos Programas da Área na Região Sudeste, principalmente, dos programas com notas 5, 6 e 7. As regiões norte e nordeste concentram poucos programas, a maioria com nota 4. Apenas um programa tem nota 5. A região sul tem 3 programas, todos nota 4 e a região centro oeste e Distrito Federal apresentam 2

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

programas cada, com notas 3, 4 e 5. Todo esforço deve ser tentado no sentido de melhorar a distribuição dos programas no Brasil, bem como incremento da qualidade dos mesmos nas regiões onde predominam as notas abaixo de 5.

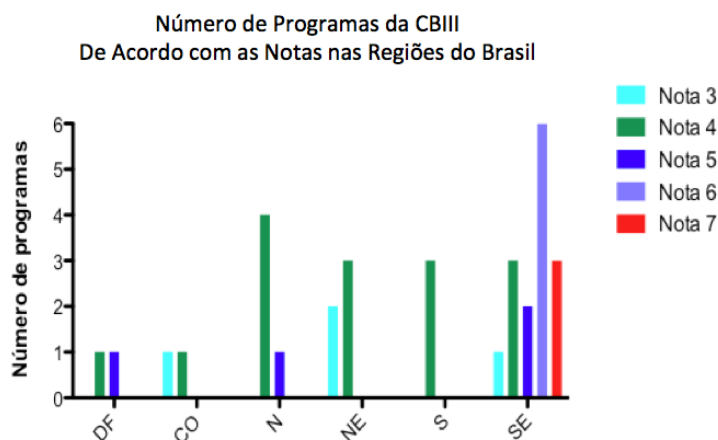


Figura 2: Distribuição dos Programas por Nota e Região geográfica do Brasil.

Há também uma distribuição heterogênea dos programas da CBIII de acordo com as notas atribuídas nas avaliações trienais anteriores. Os programas com nota 4 são maioria, atingindo quase 50% da totalidade (**Tabela 1**), sendo que esforços estão sendo realizados para que ocorra um aumento da qualidade dos programas situados fora do sudeste. Há que se notar, no entanto, que a maioria dos programas com notas 3 e 4 estão credenciados há menos de 6 anos, portanto ainda não estavam consolidados na avaliação anterior.

Tabela 1. Distribuição dos programas da área por nota

Nota	Número de Programas
3	4
4	15
5	4
6	6
7	3
Total	32

Considerando o estágio atual da área CBIII, o presente Documento de Área foi elaborado tendo como base os indicadores considerados mais relevantes para esta área, decorrente de uma análise crítica feita pela coordenação da área conjuntamente com os coordenadores dos programas, tendo como referencial os critérios utilizados nos triênios anteriores. Estes critérios foram estabelecidos em conformidade com as decisões estratégicas para a área, que delinearão as regras e princípios básicos para a atribuição de notas e sugestões conceituais e operacionais para os programas

acadêmicos.

A Comissão da Área, após ouvir os coordenadores do programa, definiu as metas de desempenho necessárias para atribuir as diferentes notas aos programas no triênio 2010-2012, formulando recomendações adicionais sobre a avaliação trienal e visando aprofundar a interlocução com outras áreas quanto à natureza das atividades acadêmicas desenvolvidas nos programas. Mesmo considerando-se que os princípios fundamentais de avaliação consolidados no triênio anterior tenham sido mantidos, foram incluídas importantes modificações no sentido de aprimorar o processo avaliativo, a saber: a) o Qualis da área foi redefinido, em consonância com o atual perfil de produtividade científica da área e com as regras da CAPES; b) a ficha de avaliação foi novamente reanalisada, procurando eliminar redundâncias entre os subitens e redefinindo-se parâmetros fidedignos de avaliação. No presente triênio não foi implementado o formato de avaliações continuadas, com acompanhamento anual dos relatórios, sendo priorizado o formato de reuniões anuais da coordenação de área com os coordenadores dos programas, visando preparar o processo de avaliação que ocorrerá em 2013 (período compreendido entre 2010 e 2012). Nas reuniões ocorridas, chamou atenção que programas novos já iniciaram suas atividades de formação e estão publicando e formando pessoal regularmente e que todos os programas tiveram uma significativa melhoria na infraestrutura para ensino e pesquisa. No entanto, foi notório que alguns programas precisam de mudanças estruturais radicais, de apoio das Universidades, de forma a refletir positivamente nas próximas avaliações. Constatamos também que os programas mantiveram ou melhoraram a quantidade e a qualidade de publicações e que todos estão empenhados em melhorar as atividades de formação, incluindo o nível das publicações.

Assim, a área tem evoluído continuamente em termos de produção científica. Alguns programas já o fazem com muito destaque. Temos publicado mais artigos, com muito maior qualidade, tanto avaliado pelo fator de impacto (JCR) como pelo impacto real do trabalho, constatado pela leitura dos mesmos. Nos dois primeiros anos desse triênio foram publicados mais artigos nos estratos A1 e A2 do que em todo o triênio anterior.

Nossa meta é melhorar ainda mais a qualidade das publicações nos próximos triênios e para tal temos tido apoio da CAPES, que além de bolsas, tem financiado projetos da área, mantém e aumenta o apoio aos pós-doutorandos e melhora anualmente o portal de periódicos. Assim, em nossas reuniões de área ficou decidido que a comissão de avaliação trienal dará ênfase especial na qualidade das publicações dos programas, mas não somente na quantidade e distribuição dos mesmos. Além disso, a comissão considera a internacionalização das atividades dos PPGs como um aspecto importante na qualidade da produção e formação dos estudantes, sendo este tema apresentado e discutido nos Seminários de Acompanhamento (conforme acima).

INTERDISCIPLINARIDADE

Como descrito acima, apesar da área de CBIII estar composta por Programas com atuação nas áreas de Parasitologia, Microbiologia e Imunologia, a ampla maioria deles tem propostas multidisciplinares e docentes que desenvolvem projetos e linhas de pesquisa que abordam conceitos de áreas afins como as de Bioquímica, Biologia Celular e Molecular, Genética (fundamentalmente de microrganismos), Bioestatística e Bioinformática. No entanto, com o enorme avanço das técnicas e metodologias utilizadas nos projetos de pesquisa, outros profissionais como fisiologistas, farmacologistas, médicos, biólogos, farmacêuticos, bioquímicos, veterinários, agrônomos e bioinformatas tem sido incorporado. Mais

recentemente, docentes das áreas de física, engenharia, química tem sido incorporados aos programas.

O envolvimento desta vasta gama de profissionais com formação diversificada é uma das razões que levaram a avanços científicos significativos em diversas áreas de conhecimento, necessárias para compreender diversas doenças causadas por microorganismos e parasitas, impactando positivamente na saúde humana e animal. Assim, multidisciplinaridade é desejável e imprescindível para o uso e entendimento de uma variedade complexa de metodologias necessárias para o progresso da ciência em nossa área. A produção de vacinas e drogas são exemplos claros, pois resultam do trabalho de diversos profissionais, como médicos, veterinários, parasitologistas, imunologistas, biólogos, patologistas, farmacologistas, geneticistas e de bioinformática, além de profissionais da área de direito e administração.

Finalmente, concluímos que a interdisciplinaridade é comum e essencial nas áreas de atuação dos PPGs que compõem a CBIII e tem sido um aspecto cada vez mais presente nas avaliações realizadas pela área. Programas com propostas interdisciplinares são bem recebidos, devidamente analisados e julgados em nossa área.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A área tem preocupação com a educação básica, quer seja com foco direto no discente do ensino básico, quer na formação de professores, principalmente a partir das iniciativas da CAPES com a criação de duas novas diretorias, de Educação Básica Presencial e de Educação à Distância, em 2009. Dentre as recomendações contidas no PNPG 2011-2020, destacam-se o estímulo à participação dos cursos de pós-graduação de outras áreas de conhecimento, além da Educação, nas questões relativas à melhoria da qualidade da educação básica, e o incentivo ao desenvolvimento de estudos visando à formatação do ensino de ciências na educação básica, instrumento fundamental para a construção da cidadania. Diversos programas têm buscado maior interação com escolas de ensino médio, tanto ministrando palestras, como promovendo visitas dos estudantes aos departamentos. Outro aspecto é que temos atuado no sentido de atrair estudantes com bolsas pré-iniciação científica, o que tem sido muito proveitoso e estimulante em diversos programas. Alguns projetos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia na área têm investido na formação de estudantes do ensino básico e têm tido muito sucesso. Ainda, alguns programas desenvolvem ações de ensino, pesquisa e extensão, com abordagem de diversos temas, os quais são prioritários na atenção à saúde dos escolares, a exemplo da transmissão de doenças infecciosas (como HIV, sarampo, gripe), infestação por diversos parasitas, imunidade e vacinas. A nossa participação na formação de docentes da educação básica ainda é muito pequena, mas é consenso que temos que melhorar. As iniciativas neste sentido em vários PPGs deverão ser sistemicamente induzidas pela área em futuro próximo.

A partir das diretrizes e induções da CAPES, as atuações apontadas dos cursos e programas *stricto sensu* serão valorizadas na avaliação trienal no item produção tecnológica e no quesito inserção social.

II. Requisitos e orientações para propostas de cursos novos

Apesar de a área ter tido crescimento significativo nos últimos anos, passando de 18 para 32 programas, ainda temos um déficit enorme de profissionais da área. Com o passar dos anos observamos uma mudança significativa dos perfis dos programas para estruturas mais abrangentes e multidisciplinares, com modernização metodológica o que implicou na incorporação de docentes de área afins, dando à área um caráter mais interdisciplinar. Esta é mais uma das características da área – estimular a produção de conhecimento em áreas temáticas. Assim, a existência de um PPG cuja essência busca a interdisciplinaridade é bem-vinda e pode ser direcionada à área de Ciências Biológicas III. Propostas de mestrados e doutorados e mestrados profissionais na área são necessárias e serão avaliadas com o devido cuidado e devidamente priorizadas.

MESTRADO ACADÊMICO

1. PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A proposta deve explicitar claramente quais são os seus objetivos e a justificativa para a sua implantação. Os objetivos do curso devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade dos propósitos do curso com o campo científico no qual a proposta se insere. Do mesmo modo, deve ser descrito o perfil esperado do egresso titulado. A proposta deve evidenciar ainda que o grupo proponente já venha trabalhando na instituição, de forma articulada e previamente à apresentação da proposta, em grupos de pesquisa. Como princípio básico da pós-graduação *sensu*, os docentes e os discentes devem ter clara compreensão acerca das finalidades de um curso de mestrado, que não pode ser confundido com um curso de especialização (*lato sensu*). A relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais do curso constituem um aspecto importante na avaliação da proposta.

No curso proposto, deve estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e os projetos em desenvolvimento.

A estrutura curricular deve contemplar o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que devem ser integralizados em disciplinas. A proposta deve ser coerente com o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, com clara distinção da formação de especialistas (*lato sensu*). De forma objetiva, a matriz curricular deve proporcionar formação em investigação científica, mediante a inclusão de disciplinas que possam fornecer aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa e a divulgação de seus resultados.

Deve ser anexado o regimento do curso, no qual estejam claros os critérios de credenciamento de docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas e os critérios de avaliação.

O compromisso institucional com a implantação do programa deve estar claramente explicitado mediante documento(s) da(s) instância(s) de deliberação superior da instituição.

Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma instituição, ou seja, na avaliação da proposta de curso novo será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma instituição.

Para aprovação, a proposta deve receber nota igual ou superior a 3.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

O corpo docente deve ser constituído integralmente por professores com título de doutor. O conjunto de professores deve incluir pelo menos 12 docentes permanentes, 70% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral à Instituição e dedicação de 20h ao programa. Os docentes devem estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano em projetos e/ou linhas de pesquisa relacionadas com o curso proposto, com produção científica relevante na área. O envolvimento de professores colaboradores ou visitantes não deve caracterizar dependência externa nem ser utilizado para o atendimento das exigências mínimas de produção técnica e científica. Os docentes devem ter experiência em orientação de estudantes, preferencialmente de mestres e/ou doutores, ou, no mínimo, terem orientado alunos de graduação (trabalho de conclusão de curso e iniciação científica) ou de especialização.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

As linhas e os projetos de pesquisa ou de atuação profissional devem estar vinculados à proposta geral do curso. Projetos isolados são aceitos desde que representem contribuição efetiva para o curso ou que tenham potencial para a criação de novas linhas de atuação. Deve haver coerência entre os projetos de pesquisa ou de atuação profissional e a infraestrutura disponível na instituição. Recomenda-se que o número de linhas de pesquisa não exceda a duas por professor, nem que uma linha dependa exclusivamente de um único docente permanente. A participação de docentes colaboradores deve ser relevante, na medida que participem de projetos/linhas de pesquisa e/ou atividades didáticas do programa. É incentivada a participação de alunos de graduação nos projetos. Projetos com financiamento por agências de fomento ou por outras entidades são necessários.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual (científica e técnica) dos docentes deve guardar relação com a proposta do curso, a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa e deverá preencher critérios qualitativos e quantitativos mínimos definidos pela área de avaliação. A produção intelectual será avaliada nos últimos 5 anos e é desejável que a maioria dos docentes tenham publicado trabalhos no período. Serão considerados apenas a publicação de artigos completos em periódicos, capítulos de livros e o registro de patentes, nacionais ou internacionais. Não serão computados para o cálculo os trabalhos e resumos em anais de congressos.

5. INFRA-ESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

A instituição deve contar com: 1) laboratórios para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, entendidos como tal hospitais, unidades de saúde, centros de atendimento a pacientes, laboratórios de

investigação, entre outros, que disponham de instalações e equipamentos adequados para a realização dos estudos; 2) biblioteca com acervo dos principais títulos, sobretudo os periódicos científicos mais importantes da área, em meio impresso ou eletrônico; 3) salas para docentes e discentes, além de espaços necessários para as atividades administrativas; 4) Infraestrutura adequada na unidade para o suporte dos projetos, aulas práticas e divulgação dos resultados.

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

Um dos condicionantes básicos da criação de qualquer curso de mestrado ou de doutorado é que a instituição e o corpo docente tenham experiência prévia em atividades de investigação científica, atestada por produção intelectual compatível com as atividades propostas. O êxito de qualquer desses cursos depende da proposta pedagógica, da infraestrutura da instituição, dos corpos docente e discente e das linhas e projetos de pesquisa. Para congregiar tudo isso, o apoio institucional é indispensável. Nesse sentido, além dos atos oficiais de aprovação da proposta é esperado que a instituição faça os investimentos necessários para prover a infraestrutura física, disponibilizar as condições para o desenvolvimento das atividades previstas e realizar a contratação de docentes qualificados para a função.

DOUTORADO

1. PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A proposta deve explicitar claramente quais são os seus objetivos e a justificativa para a sua implantação. Os objetivos do curso devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade dos propósitos do curso com o campo científico no qual a proposta se insere. Do mesmo modo, deve ser descrito o perfil do egresso titulado. A proposta deve evidenciar ainda que o grupo proponente já vem trabalhando na instituição, de forma articulada e previamente à apresentação da proposta, em grupos de pesquisa. Como princípio básico da pós-graduação senso estrito, os docentes e os discentes devem ter clara compreensão acerca das finalidades de um curso de doutorado, que pressupõe a formação de pessoas capazes de conduzir pesquisa científica de forma autônoma e independente. A relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais do curso constituem um aspecto importante na avaliação da proposta.

No curso proposto, deve estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e os projetos em desenvolvimento.

A estrutura curricular deve contemplar o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que devem ser integralizados em disciplinas. A proposta deve ser coerente com o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, com clara distinção da formação de especialistas (lato senso). De forma objetiva, a matriz curricular deve proporcionar formação em investigação científica, mediante a inclusão de disciplinas que possam fornecer aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa e a divulgação de seus resultados.

Deve ser anexado o regimento do curso, no qual estejam claros os critérios de credenciamento de docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas e os critérios de avaliação.

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado mediante documento(s) da(s) instância(s) de deliberação superior da instituição.

Não pode haver duplicação de cursos em uma mesma instituição, ou seja, na avaliação da proposta de curso novo será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma instituição.

Para aprovação, a proposta deve receber nota 4 ou superior.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

O corpo docente deve ser constituído integralmente por professores com título de doutor. O conjunto de professores deve incluir pelo menos 12 docentes permanentes, 80% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral. Os docentes devem estar trabalhando ou ligados à instituição há pelo menos um ano em projetos e/ou linhas de pesquisa relacionadas com o curso proposto, além de terem produção científica relevante na área. O envolvimento de professores colaboradores ou visitantes não deve caracterizar dependência externa nem ser utilizado para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Parte dos docentes permanentes deve ter experiência na orientação de mestres; espera-se que a maioria deles tenha orientado (ou esteja orientando) alunos em atividades de iniciação científica e/ou em cursos de especialização; de preferência, que pelo menos parte deles já tenha orientado mestres e/ou doutores.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

As linhas e os projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta geral do curso. Projetos isolados são aceitos desde que representem contribuição efetiva para o curso ou que tenham potencial para a criação de novas linhas de atuação. Deve haver coerência entre os projetos de pesquisa e a infraestrutura disponível na instituição. Recomenda-se que o número de linhas de pesquisa não exceda a duas por professor nem que uma linha dependa exclusivamente de um único docente. A participação de docentes colaboradores deve ser relevante, na medida que participem de projetos/linhas de pesquisa e/ou atividades didáticas do programa. É incentivada a participação de alunos de graduação nos projetos em desenvolvimento. Projetos de pesquisa com financiamento por agências de fomento são particularmente valorizados.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual (científica e técnica) dos docentes deve guardar relação com a proposta do curso, a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa e deverá preencher critérios quantitativos e qualitativos mínimos definidos pela área de avaliação. É importante que a maioria dos docentes esteja

publicando em revistas com impacto equivalente ao da mediana da área (atualmente 2,7). Serão considerados apenas a publicação de artigos completos em periódicos indexados, capítulos de livros e o registro de patentes, nacionais ou internacionais. Não serão computados para o cálculo os trabalhos e resumos em anais de congressos.

5. INFRA-ESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

A instituição deve contar com: 1) laboratórios para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, entendidos como tal hospitais, unidades de saúde, centros de atendimento a pacientes, laboratórios de investigação, entre outros, que disponham de instalações e equipamentos adequados para a realização dos estudos; 2) biblioteca com acervo dos principais títulos, sobretudo os periódicos científicos mais importantes da área, em meio impresso ou eletrônico; 3) salas para docentes e discentes, além de espaços necessários para as atividades administrativas; 4) Infraestrutura adequada na unidade para o suporte dos projetos, aulas práticas e divulgação dos resultados.

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

Um dos condicionantes básicos da criação de qualquer curso de mestrado ou de doutorado é que a instituição e o corpo docente tenham experiência prévia em atividades de investigação científica, atestada por produção intelectual compatível com as atividades propostas. O êxito de qualquer desses cursos depende da proposta pedagógica, da infraestrutura da instituição, dos corpos docente e discente e das linhas e projetos de pesquisa. Para congregar tudo isso, o apoio institucional é indispensável. Nesse sentido, além dos atos oficiais de aprovação da proposta é esperado que a instituição faça os investimentos necessários para prover a infraestrutura física, disponibilizar as condições para o desenvolvimento das atividades previstas e realizar a contratação de docentes qualificados para a função.

MESTRADO PROFISSIONAL

1. PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A proposta deve explicitar claramente quais são os seus objetivos e a justificativa para a sua implantação. Os objetivos do curso devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade dos propósitos do curso com o campo científico e de atuação profissional no qual a proposta se insere. Do mesmo modo, deve ser claramente especificado o perfil do profissional a ser formado. A proposta deve evidenciar ainda, de forma clara, que o grupo proponente já vem trabalhando na instituição, de forma articulada e previamente à apresentação da proposta, em grupos de pesquisa e/ou de atuação profissional. Como princípio básico da pós-graduação senso estrito, os docentes e os discentes devem ter clara compreensão acerca das finalidades de um curso de mestrado, que não pode ser

confundido com um curso de especialização (lato sensu). A relevância temática e os impactos locais, regionais ou nacionais constituem um aspecto importante na avaliação da proposta.

No curso proposto, deve estar justificada a pertinência da(s) área(s) de concentração e a vinculação desta(s) com as linhas de pesquisa e/ou de atuação profissional e os projetos em desenvolvimento, de preferência com financiamento.

A estrutura curricular deve contemplar: 1) descrição da estrutura curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com as disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que devem ser integralizados em disciplinas, optativas ou obrigatórias. A estrutura curricular deve ser coerente com o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa ou de atuação profissional, sem redundância com a formação lato sensu; 2) ao lado de adquirir competências para realizar atividades no campo profissional, o aluno deve ser induzido a explorar e a desenvolver os aspectos de inovação e de aplicação tecnológica na sua área de atuação; 3) a estrutura curricular deve proporcionar formação em pesquisa, devendo incluir disciplinas com os fundamentos metodológicos para a prática da investigação científica, para a divulgação dos resultados obtidos e para incorporação dos novos conhecimentos, de modo a qualificar o exercício profissional.

Deve ser anexado o regimento do curso, no qual estejam claros os critérios de credenciamento de docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas e os critérios de avaliação.

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado mediante documento(s) da(s) instância(s) de deliberação superior da instituição. É imprescindível que o programa tenha fontes de financiamentos, materializadas em contratos ou convênios, claramente explicitadas na proposta do curso.

Não deverá haver duplicação de cursos em uma mesma instituição, ou seja, na avaliação da proposta de curso novo será levada em consideração a existência de cursos assemelhados.

Para aprovação, a proposta deve receber nota igual a 3 ou superior.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

O Programa deve apresentar, de forma equilibrada, corpo docente integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação, conforme prescrito na Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de dezembro de 2009.

Os docentes devem ter produção técnica e/ou científica relevante na(s) área(s) de concentração do curso, tanto em quantidade como em qualidade. O corpo docente deve ser integrado majoritariamente por professores com experiência e atuação profissional na área do curso, atestada por sua produção técnica.

A proposta deve incluir pelo menos 12 docentes permanentes, 60% dos quais, no mínimo, com vínculo em tempo integral à Instituição. Os docentes devem estar trabalhando na instituição há pelo menos um ano, com linhas de pesquisa ou de atuação profissional consolidadas, demonstradas por produtos pertinentes. O envolvimento de professores colaboradores ou visitantes não deve caracterizar dependência externa, nem ser utilizado para o atendimento das exigências mínimas de produção técnica e/ou científica. Os docentes devem ter experiência na orientação, no mínimo, de alunos de graduação (trabalho de conclusão de curso e, sobretudo, em atividades de iniciação científica) e/ou de

especialização.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

As linhas e os projetos de pesquisa ou de atuação profissional devem estar vinculados à proposta geral do curso. Projetos isolados são aceitos desde que representem contribuição efetiva para o curso ou que tenham potencial para a criação de novas linhas de atuação. Deve haver coerência entre os projetos de pesquisa ou de atuação profissional e a infraestrutura disponível na instituição. Recomenda-se que o número de linhas de pesquisa não exceda a duas por professor, nem que uma linha dependa exclusivamente de um único docente permanente. É incentivada a participação de alunos de graduação nos projetos. Projetos com financiamento por agências de fomento ou por outras entidades são necessários.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual (científica e técnica) dos docentes deve guardar relação com a proposta do curso, a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa e deverá preencher critérios quantitativos e qualitativos mínimos definidos pela área de avaliação. É importante que a maioria dos docentes esteja publicando em revistas com impacto equivalente ao da mediana da área (atualmente 2,7). Serão considerados apenas a publicação de artigos completos em periódicos indexados, capítulos de livros e o registro de patentes, nacionais ou internacionais. Não serão computados para o cálculo os trabalhos e resumos em anais de congressos. Produção técnica relacionada com a área do curso proposto será considerada e valorizada.

5. INFRA-ESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

A instituição deve contar com: 1) laboratórios de pesquisa e/ou de atuação profissional, que disponham de instalações e equipamentos adequados para o desenvolvimento dos projetos propostos; 2) biblioteca com acervo dos principais títulos, sobretudo acesso aos periódicos científicos mais importantes da área, em meio impresso ou eletrônico; 3) salas para docentes e discentes, além de espaços necessários para as atividades administrativas; 4) Infraestrutura adequada na unidade para o suporte dos projetos, aulas práticas e divulgação dos resultados, incluindo encaminhamento de depósitos de patentes.

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

Um dos condicionantes básicos da criação de qualquer curso de mestrado profissional é que a instituição e o corpo docente tenham experiência prévia em atividades de investigação e/ou inovação tecnológica, atestadas por produção intelectual compatível com as atividades propostas. O êxito desses cursos

depende da proposta pedagógica, da infraestrutura da instituição, dos corpos docente e discente, das linhas de pesquisa e de atuação profissional. Para congregarmos todos estes aspectos, o apoio institucional é indispensável. Nesse sentido, além dos atos oficiais de aprovação da proposta, é esperado que a instituição realize os investimentos necessários para prover a infraestrutura física, disponibilizar as condições para o desenvolvimento das atividades previstas e efetive a contratação de docentes qualificados para a função.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PORTARIAS CAPES Nº 01 E Nº 02/2012

Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as referidas Portarias, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes deve ser dedicado às atividades do Programa. A Área de CBIII considera que o corpo docente permanente deve ter, no mínimo, 20 horas de dedicação às atividades relacionadas à Pós-graduação, que incluem ensino, pesquisa e orientação. A Área recomenda que o número máximo de orientandos por docente permanente não seja superior a 12.

A área considera que até 20% dos docentes com 0 ou 1 aluno no triênio só é aceitável nas seguintes situações: docentes recém-doutores sem experiência em orientação e novatos no Programa; docentes que se afastaram para estágio sênior ou pós-doutoramento no período considerado.

A atuação de docentes permanentes em até três programas é admitida excepcional e temporariamente nas situações elencadas na Portaria CAPES nº 01/2012, a saber: “a) nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato do Grosso do Sul e que estejam nas áreas prioritárias: áreas tecnológicas e áreas de formação de professores para a educação básica; b) nos casos em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional; c) nos casos em que o terceiro programa for um curso de Pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país, e que possam ser somente apresentados à CAPES como decorrência de ações indutivas determinadas pela Agência”. A situação de cada docente de um programa em outros programas de Pós-graduação é verificada nos Cadernos de Indicadores, em Corpo Docente.

Indicadores referentes a essas considerações são calculados nos respectivos itens da Ficha de Avaliação.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

O processo de avaliação vem sendo construído com a participação dos coordenadores de programas de pós-graduação há pelo menos dois triênios. Nas reuniões que têm ocorrido com os Programas, em vários momentos, sempre se tem discutido a ficha de avaliação, chamando a atenção dos Coordenadores, professores e alunos sobre seu papel decisivo no processo, uma vez que todos os quesitos da ficha lhes dizem respeito. Em se tratando da Proposta do Curso, um item de grande relevância é a adequação entre Áreas, Linhas de pesquisas e Disciplinas. Reiteradamente, tem se chamado atenção a esse respeito, pois essa relação é fundamental para o bom andamento do Programa. Ainda em relação a esse quesito, salienta-se a importância do planejamento trienal que deve deixar claras as metas a serem perseguidas.

Outro quesito da ficha que mereceu atenção é o que trata do corpo docente. É importante que cada docente assuma o compromisso de atuar responsavelmente nas atividades de orientação, de ensino e

pesquisa. No processo de avaliação, como se sabe, a produção docente nessas atividades é crucial para o desempenho positivo do Programa. Tem-se constatado que o grande diferencial na avaliação dos programas é a produção intelectual docente, que deve ser qualificada e concentrada em revistas importantes para a área. É importante observar também o número de orientações, o tempo de conclusão do curso e o envolvimento dos professores em projetos com parcerias institucionais ou interinstitucionais. No que concerne à participação discente, tem-se chamado a atenção para seu envolvimento em atividades de autoria e coautoria, prática que vem se tornando cada vez mais comum na Área.

Por último é importante que se avalie o envolvimento do Programa na formação de pessoal qualificado como um todo, na inserção social, redundando na nucleação, na internacionalização e na sua contribuição para a Educação Básica e Superior.

Quando dos seminários de acompanhamento, nos dois que realizamos, os Coordenadores apresentaram propostas que foram incorporadas às normas da avaliação da Avaliação Trienal 2013. Nestas oportunidades foram apresentados, discutidos e definidos critérios de avaliação e formuladas propostas de integração entre os PPGs. Foram também discutidas as estratégias para melhorar o desempenho de todos os Programas. Os Relatórios completos dos Seminários de Acompanhamento da CBIII (2011 e 2012) estão disponibilizados na página da CBIII, no portal da CAPES.

IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos /Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

A Comissão definiu como indicador mais relevante para avaliar a produção intelectual dos Programas desta área os trabalhos publicados em revistas indexadas, segundo critérios de estratificação estabelecidos no Qualis Periódicos, sendo que todos os trabalhos de docentes colaboradores, somente serão considerados aqueles nos quais há a participação de discentes do Programa. A análise de fatores de impacto JCR, fixado para o triênio 2010-2012, será aquele divulgado pelo ISI (*Institute for Scientific Information*) no ano 2011, visando considerar a qualidade dos veículos de publicação e a inserção internacional do Programa. Esse critério já foi utilizado nos triênios anteriores, ranqueando de modo satisfatório os diferentes Programas no quesito produção intelectual. A partir da produtividade dos Programas em relação às publicações traduzidas em fator de impacto e importância para a área, obtém-se indicadores que contribuirão para a atribuição das notas dos Programas, tanto para aqueles de nível 6 e 7, que se caracterizam pela maior inserção internacional, como também para os de nota 3 a 5. A avaliação também levará em conta os 5 principais trabalhos apontados pelos programas que definirão a área principal de atuação do programa e o que é considerado de maior importância para o mesmo. Pretende-se dar importância não somente ao simples valor do impacto divulgado pelo JCR, mas também valorizar o impacto do trabalho para a comunidade científica, o que deverá ser identificado pelos consultores durante o processo de avaliação (trabalhos de taxonomia e sistemática fundamentalmente).

Os critérios utilizados pela Comissão da área para a estratificação dos periódicos levou em consideração as instruções contidas no ofício nº 049/2009/PR/CAPES, de 10 de fevereiro de 2009, que solicitou gestões das diferentes áreas no sentido de dirimir discrepâncias quanto à classificação dos

periódicos. As discrepâncias constatadas pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) levaram-nos a reforçar o conceito original do Qualis, que diz respeito à classificação de periódicos segundo critérios reconhecidos pela área; a preservar o conceito de estratos e percentuais instituídos pelo CTC-ES; e excluir da distribuição percentual dos estratos dos periódicos classificados como “C”.

A área de CBIII definiu como periódico um veículo destinado à publicação de artigos científicos e que seja arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, devendo possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e suficientemente qualificados. Consta do estrato C toda publicação que, mesmo se enquadrando no conceito de periódico científico, tenha sido considerada não relevante no que concerne à divulgação do conhecimento científico próprio da área e que ainda não tenha sido atribuído índice de impacto pelo *ISI-Web of Science*. Revistas ainda não indexadas pelo *ISI-Web* foram ranqueadas no Qualis, desde que com publicações relevantes para a área e que estejam indexadas no JCR-J ou possuam índice H na base SCImago.

Após os estudos conduzidos quanto a produção intelectual da área ao longo de 2011 e 2012 pela Comissão Qualis Periódicos da Área Ciências Biológicas III, tendo como base o triênio 2007-2009 e os relatórios anuais do triênio, foi apresentada a proposta de ranqueamento dos periódicos (**Tabela 2**), a qual foi aprovada pelo CTC-ES, não sendo necessário qualquer ajuste, uma vez que os postulados mais importantes adotados pelo CTC-ES foram respeitados pela área CBIII, a saber:

Tabela 2: Valores em percentagem atingidos conforme critérios definidos pelo CTC-ES

Critérios CTC-ES e valores obtidos pela área CBIII (%) para o triênio 2010-2012		
A1 + A2 < 25%	A1 < A2	A1 + A2 + B1 < 50%
22,01%	A1/A2 = 0,94	39,69%

Baseando-se na produção intelectual dos diferentes programas da área CBIII em 2010 e 2011, os dois primeiros anos do triênio em curso, que servirão de referencial para o triênio 2010-2012, observou-se que os trabalhos publicados foram adequadamente distribuídos nos diferentes estratos (vide figura 5).

Assim sendo, considerando a lista que continha essencialmente os periódicos publicados pela área no triênio 2007-2009, além das publicações de 2010 e 2011, e a atualização dos fatores de impactos dos periódicos obtidos do *ISI-Web of Science*, o Qualis da área ficou com os parâmetros e percentuais relativo de periódicos em cada estrato, como mostrado na tabela 3, abaixo.

Tabela 3: Estratos do Qualis com as respectivas faixas de fatores de impacto.

Estrato Qualis	Fator de Impacto	Periódicos Classificados	Média Periódicos (%)	Número de Artigos			Média Artigos (%)	Peso
				2007-2009	2010	2011		
A1	>5,0	141	10,70	304	139	121	7,55	100

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A2	$5,0 \geq FI \geq 3,55$	149	11,31	519	248	301	14,91	85
B1	$3,55 > FI \geq 2,60$	233	17,68	749	310	308	18,13	70
B2	$2,60 > FI \geq 1,80$	291	22,08	1400	484	518	30,85	55
B3	$1,80 > FI \geq 1,13$	197	14,95	484	165	182	10,67	40
B4	$1,13 > FI \geq 0,51$	161	12,22	543	174	238	12,39	25
B5	$0,51 > FI \geq 0,01$	146	11,08	209	113	80	5,50	10
Total	-	1318	100	4208	1633	1748	100	-

Nas figuras 3 e 4 abaixo estão demonstrados, para efeito de comparação, a escala de fator de impacto do triênio 2007-2009 e do o triênio 2010-2012 com os estratos de Qualis para a classificação dos artigos publicados nos periódicos pelos cursos de pós-graduação da CBIII.

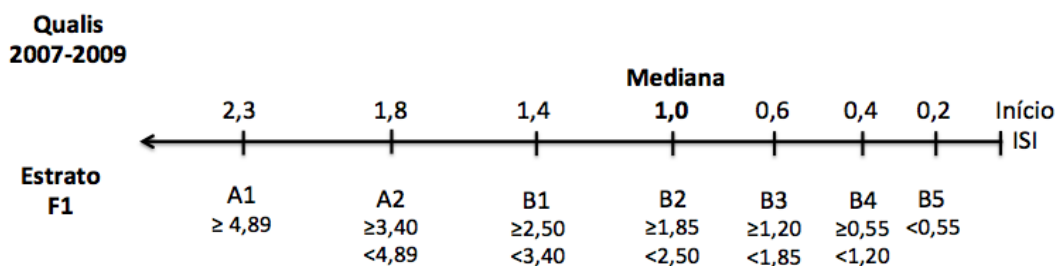


Figura 3. Qualis da área de CBIII no triênio 2007-2009 de acordo com os fatores de impacto

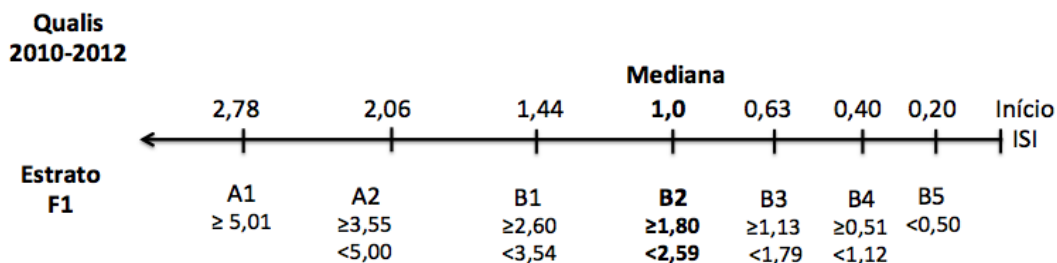


Figura 4. Qualis da área de CBIII no triênio 2010-2012 de acordo com os fatores de impacto (JCR)

Alguns periódicos, nacionais e/ou estrangeiros importantes para a área de CBIII, anteriormente classificados como C, foram reclassificados, independente de fator de impacto, mas desde que estejam indexados no JCR-J ou na base SCImago.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

**Número de Artigos por Estrato Qualis publicados
no Triênio 2007-2009
Considerando os Novos Cortes do Fator de Impacto, 2011**

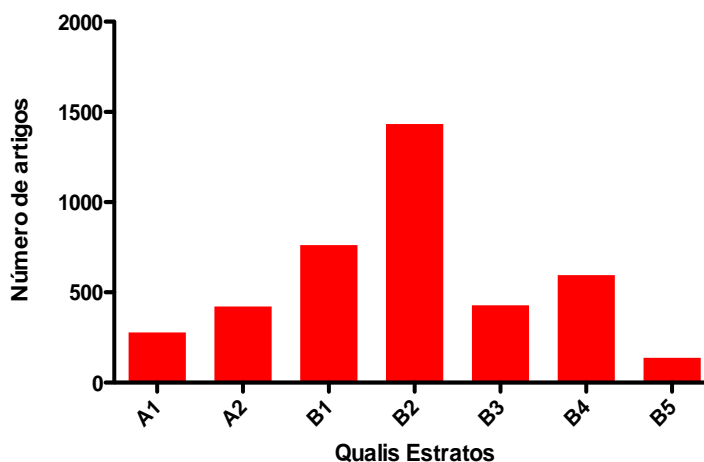


Figura 5: Distribuição do número de artigos publicados pelos programas da área de CBIII no triênio 2007-2009.

**Número de Artigos por Estrato Qualis Publicados
nos anos de 2010 e 2011
Considerando os Novos Cortes do Fator de Impacto, 2011**

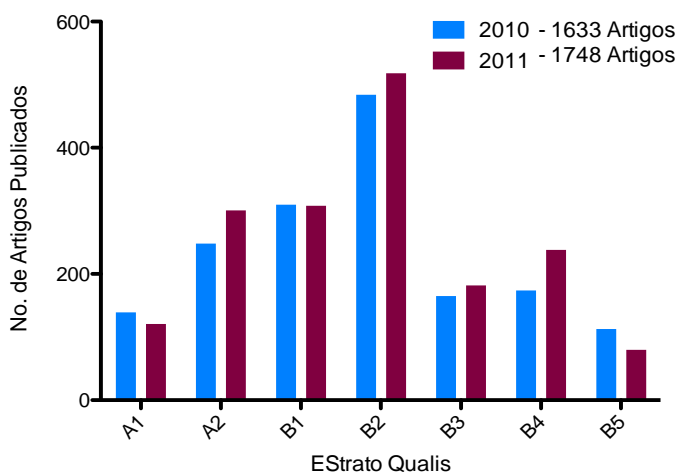


Figura 6: Distribuição do número de artigos publicados pelos programas da área de CBIII em 2010 e 2011.

As figuras 5 e 6 acima mostram a distribuição do número de artigos publicados em cada Estrato de Qualis no triênio 2007-2009 e no anos de 2010 e 2011, tomando como base os novos pontos de corte do

fator de impacto.

O CTC-ES da CAPES definiu uma ponderação para cada produto publicado em cada estrato do Qualis-Periódicos em relação a um produto A1 (que equivale a 100%) X 100, como segue: A2 = X 85; B1 = X 70; B2 = X 50; B3 = X 30; B4 = X 15%; B5 = 10%; C = 0. Não haverá limites de pontuação para as publicações nos estratos, mas espera-se que mais de 50% da pontuação nesse quesito seja devido a trabalhos classificados nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis-Periódicos.

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

No levantamento realizado pela **CB III** foi constatado que menos de 0,5% da produção intelectual ocorre na forma de Livros ou Capítulos de Livros. O Comitê Qualis indicou adotar os critérios de classificação de livros adotados pela área de Saúde Coletiva.

Capítulos de Livro:

Editoras internacionais com corpo editorial: CL4 = número de produtos X 100; Editoras nacionais com corpo editorial: CL3 = número de produtos X 50; Editoras universitárias e afins: CL2 = número de produtos X 20; Outras editoras: CL1 = número de produtos X 10.

Livros

Editoras internacionais com corpo editorial: L4 = número de produtos X 100; Editoras nacionais com corpo editorial: L3 = número de produtos X 90; Editoras universitárias e afins: número de produtos X 50; Outras editoras: número de produtos X 10.

CLASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TECNOLÓGICA

Na Reunião de Coordenadores foi discutida a necessidade de criação de critérios objetivos para valorar a produção tecnológica dos PPGs. Foi sugerido adotar os critérios estabelecidos pela Área de Biotecnologia da CAPES que realizou um estudo amplo desta matéria, pois este tipo de produção é bastante difundido nesta área. Assim, após contato com a Coordenação da Biotecnologia adotamos os seguintes critérios para estratificação da produção tecnológica na CB III: Patente depositada em parceria com empresa: número de produtos X 100; Patente depositada com registro: número X 100; Patente outorgada/concedida: número X 200; Patente licenciada e produzindo: número X 500; Produto registrado no órgão competente: número X 100. Observação: No caso de envolvimento de discente, dobra-se o valor, mantendo-se o mesmo nível de equivalência.

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos/Itens	Peso	Definições e Comentários sobre os Quesitos/Itens
1. Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	A Comissão de Área examinará se o conjunto de atividades do Programa é capaz de atender à(s) área(s) de concentração proposta(s), suas linhas de pesquisa e interdisciplinaridade. A Comissão espera que haja equilíbrio entre a distribuição de projetos, teses e produtos por linha de pesquisa.
1.2. Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30%	A Comissão irá examinar as estratégias de desenvolvimento do Programa e seu planejamento, inclusive aspectos ligados à capacitação docente (por meio, por exemplo, de treinamento pós-doutoral) e discente (por exemplo, intercâmbios, bolsas sanduíches) e parcerias interinstitucionais. Critérios de credenciamento e descredenciamento dos componentes do corpo docente que são adotados pelos Programas também serão avaliados. As metas relativas à inserção social serão analisadas, sendo que integração com programas de graduação, formas de captação de discentes a nível nacional e divulgação da ciência serão consideradas. A incorporação de doutores e pós-doutorandos será avaliada positivamente, desde que não exceda 20% do total dos orientadores. Os trabalhos publicados serão computados, mas tais docentes não serão considerados no denominador.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	A Comissão irá analisar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais, áreas experimentais, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa. Os relatórios anuais devem destacar os avanços e ganhos neste sentido no período.
2. Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	30%	Os Programas devem respeitar o número mínimo de 12 docentes, constituído de 80% como Corpo Docente Permanente. Tanto a diversificação na origem de formação como no tempo de titulação

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>serão considerados importantes na pontuação deste item, bem como o aprimoramento dos docentes (p.ex. Pós-doutoramento) e a experiência na área. As especialidades do corpo docente devem refletir as áreas de concentração e as linhas de pesquisa do Programa.</p> <p>Será valorizada a existência de indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições. Adicionalmente, serão avaliados os seguintes aspectos: experiência e projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e bolsa de produtividade do CNPq e bolsa de desenvolvimento tecnológico.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do Programa.	30%	<p>Será considerada a proporção dos docentes permanentes credenciados no Programa que estejam envolvidos na coordenação de projetos de pesquisa que tenham apoio financeiro. Recomenda-se que os docentes permanentes do Programa participem do ensino, coordenação de disciplinas e orientem alunos. Espera-se que o corpo docente permanente seja responsável pela maioria das atividades do programa, sem caracterizar dependência externa. A dedicação ao Programa e a IES será valorizada.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa.	30%	<p>A Comissão recomenda que a distribuição das atividades de pesquisa e de formação de recursos humanos seja exercida pela totalidade dos docentes e sua não observância será computada negativamente.</p>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	<p>A Comissão avaliará a participação dos docentes nas atividades de ensino na graduação e de iniciação científica de forma integrada com as atividades dos Programas de Pós- Graduação. Será avaliada a participação dos pós-graduandos em disciplinas e a de estudantes de graduação em projetos de pesquisa dos pós-graduandos. A área considera positivas as implicações dessa participação e também eventuais efeitos negativos decorrentes, por exemplo, de excesso de dedicação dos docentes a tais atividades.</p>
3. Corpo Docente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em	25%	<p>A Comissão levará em consideração, neste item, a distribuição dos alunos por orientadores no triênio.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.		Será avaliado se a proporção de titulados pelo total de discentes é adequada, ponderando-se a atuação do corpo docente na orientação e se há distribuição de alunos entre todos os orientadores.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa.	10%	A Comissão considerará a proporção de docentes permanentes que, no período, atuaram como orientadores no Programa como parâmetro quantitativo para avaliar este item. Levar-se-á em conta tanto as teses e dissertações defendidas no período como aquelas em andamento. Espera-se que a totalidade dos docentes tenha orientado no triênio
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	35%	A Comissão recomenda que as dissertações e/ou teses gerem publicações. Esta avaliação será feita de acordo com o Qualis da área e será considerada a produção dos egressos (3 anos). Estágios no exterior serão avaliados positivamente.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	30%	A Comissão avaliará o tempo médio de titulação. Os valores serão aplicados indistintamente para alunos listados que sejam bolsistas ou não-bolsistas.
4. Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	Esta avaliação será feita de acordo com o Qualis da área e serão considerados apenas os trabalhos publicados em revistas com Qualis igual ou maior que B5. Capítulos de livros serão considerados segundo a sua relevância para a área (conforme Classificação de Livros da Saúde Coletiva).
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	A Comissão espera que todos os docentes tenham publicações qualificadas no triênio, embora possa haver uma oscilação normal na distribuição das publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. A Comissão estará atenta para que mudanças de notas não seja consequência da produção científica de um ou de poucos indivíduos, mas que reflitam o desempenho de parcela significativa do corpo docente.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	A Comissão considerará a produção técnica como participação em bancas, assessorias <i>ad hoc</i> , consultorias, participação em corpo editorial, palestras, patentes e outras atividades acadêmicas. As patentes registradas serão consideradas de acordo com a Classificação de patentes da área de biotecnologia da CAPES.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5. Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa.	40%	O impacto regional/nacional dos cursos será avaliado pela captação de alunos de regiões vizinhas e adjacentes e de outras regiões do país e pela inserção de alunos egressos em instituições de ensino e pesquisa ou no mercado de trabalho. A nucleação, que é caracterizada pela participação de alunos egressos em outros Cursos de Pós-graduação, será considerada como fator importante na avaliação deste item.
5.2. Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	A Comissão levará em conta aspectos como participação em Programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos (incluindo palestras, cursos e atividades de pesquisa de tempo variável). Em especial, avaliar-se-á a participação em projetos de cooperação nacional e internacional, entre Programas com níveis de consolidação diferentes (Procad, “Casadinho”, PQI, Dinter/Minter, etc), voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da PG em regiões ou sub-regiões geográficas onde esta é menos consolidada, participação em intercâmbios e associação entre programas.
5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.	20%	A Comissão fará uma avaliação qualitativa deste item, levando-se em conta aspectos como a manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados internos como grade curricular, quadro docente e seus currículos, linhas de pesquisa, critérios de seleção de pós-graduandos, cronogramas dos processos seletivos para ingresso nos Programas, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos, com informações sobre a origem e destino dos estudantes. A página também em língua estrangeira será valorizada. Deve-se também garantir o amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria CAPES nº 13/ 2006, que torna obrigatória essa providência.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.
2. Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional) - Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 : “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial.”
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	20%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	25%	- Examinar o número total de publicações de docentes permanentes do programa no triênio.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>25%</p>	<p>-Examinar o número total da Produção técnica, patentes† e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). • Artigos publicados em periódicos técnicos. • Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. • Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. • Elaboração de protocolos, normas ou programas. • Consultoria ou assessoria técnica. • Produtos técnicos. • Protótipos. • Patentes†. • Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.
<p>4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.</p>
<p>4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.</p>
<p>5. Inserção Social</p>	<p>20%</p>	
<p>5.1. Impacto do Programa.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc ...), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar</p>
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	25%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	25%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	25%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº13/2006).

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

Vários aspectos da Internacionalização dos PPGs são levados em consideração nas avaliações e são objetivos básicos dos PPGs da CBIII. A internacionalização pode ser definida em dois níveis: a inserção internacional e as ações que visam à internacionalização. A dimensão da inserção internacional resulta da qualidade científica do PPG. O aspecto mais básico é a qualidade dos periódicos utilizados para a divulgação dos resultados das pesquisas e o reconhecimento pelos pares, evidenciado pelas citações. Além das publicações, a qualificação internacional pode ser aferida pelos seguintes critérios: a) Participação dos pesquisadores dos PPGs na arbitragem de artigos e editoria de periódicos qualificados; b) Apresentação por convite, organização, coordenação ou presidência de eventos científicos relevantes na Área; c) Participação de bancas e Comitês de Avaliação; d) Obtenção de financiamento de origem internacional, projetos conjuntos e cotutela de Teses, entre outros. As ações que objetivam a internacionalização podem ser identificadas também na mobilidade de Docentes e Discentes e no oferecimento de Disciplinas e Cursos. As ações de melhoria da qualidade da escrita e da comunicação em Inglês Científico devem ser objeto de atenção dos PPGs. Portanto, é importante que os programas divulguem detalhadamente tais atividades.

Considerações sobre atribuição de notas 6 e 7:

A Comissão avaliará se o Programa tem qualidade equivalente ao dos centros de excelência internacional e se coopera com outros programas da área ou fora dela. Quanto à inserção internacional e integração do Programa com outros centros internacionais, será avaliado se há participação internacional relevante impacto, quanto aos seguintes aspectos: a) participação em convênios, parcerias e projetos internacionais, b) intercâmbio de docentes e discentes (bolsas de pós-doutoramento para docentes, bolsas sanduíches).

Este item é avaliado quantitativamente a partir da ponderação de indicadores de distribuição de produção qualificada por docentes permanentes.

Em relação à consolidação e liderança nacional do Programa como centro formador de recursos humanos para a pesquisa e pós-graduação, a Comissão avaliará não apenas o seu presente imediato, mas o seu histórico de desempenho nos últimos triênios. Não se admite, dessa maneira, atendendo a este item, contribuição dada no passado que não corresponda à sua realidade atual. A avaliação é qualitativa e considera dois subitens:

a. nível de consolidação na formação de doutores, com atenção para a relação entre a contribuição do Programa para a pesquisa e a utilização dessa competência como oportunidade para a formação de recursos humanos de alto nível;

b. a relevância na contribuição à nucleação de grupos de pesquisa ou de pós-graduação no Brasil, a partir da formação de doutores que desempenham papel significativo em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos (regionalmente indica tendência para a nota 6; em âmbito nacional indica tendência para nota 7).

Em relação à inserção e impacto regional e nacional do Programa, sua integração e solidariedade com outros Programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação e visibilidade ou transparência dada a sua atuação, serão avaliadas favoravelmente formas inovadoras na pesquisa e na formação de mestres e doutores; o potencial de atração de projetos de estágios seniores ou pós-doutorais ou

de atividades similares; o potencial de atração de alunos para doutorados sanduíche, sejam brasileiros ou estrangeiros; o intercâmbio com outros Programas (e.g., Minter e Dinter, Procad, associação com outros programas); clareza sobre atividades através de página na rede.

Assim em suma, os PPGs que atingem estas notas devem apresentar nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos, baseando-se principalmente nos seguintes indicadores:

Participação Internacional: Participações em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais; Colaborações internacionais (projetos, docência, consultorias, editoria, visitas); Participação em intercâmbios e convênios de cooperação caracterizados por reciprocidade; Cooperação e fomento de instituições internacionais (cooperação formal e financiamentos do exterior) com intercâmbio de alunos e de docentes; Assessorias *ad hoc* em revistas científicas de circulação internacional; Assessorias a agências de fomento internacionais; Participação discente em atividades e em publicações no exterior; Realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados; Produção científica destacada no cenário internacional (será avaliado o veículo e a proporção da produção internacional); Presença de docentes ou discentes estrangeiros no programa; Presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa; Prêmios, reconhecimento ou destaque de nível internacional.

Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação, baseando-se principalmente na capacidade de nucleação, ou seja, na porcentagem de egressos contratados em instituições de ensino e/ou pesquisa e vinculados a programas de pós-graduação como docentes e orientadores; Proporção de docentes do NP com bolsa PQ do CNPq, ou equivalente; Integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.

Produção intelectual qualificada: Alta produção científica em periódicos nos estratos B1, A2 e A1, em particular um percentual considerável de participação nos estratos A2 e A1.

Outros indicadores: A avaliação visa identificar um conjunto de atividades que evidenciem a maturidade e a qualidade das atividades dos PPGs de excelência: convênios baseados em reciprocidade e na forma de redes de pesquisa; intercâmbio que envolva financiamento recíproco entre os parceiros; financiamento internacional; participação em bancas no exterior; produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros; participação de docentes em editoria internacional e arbitragem de artigos em periódicos qualificados; participação em editais internacionais; intensidade da mobilidade internacional de Docentes e Discentes, tanto no envio quanto no recebimento; estímulo a programas de doutorado-sanduíche e pós-doutorado com produção científica vinculada à temas internacionais; cotutela; dupla titulação com PPGs de referência no exterior; participação de docentes permanentes em comitês de organização de eventos internacionais e em organizações internacionais; participação internacional de docentes permanentes como professores visitantes; prêmios e reconhecimento de nível internacional; conferências e palestras no exterior; cursos ofertados no Brasil por docentes/pesquisadores estrangeiros e em língua inglesa.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da



área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 9 - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ANA MARIA COIMBRA GASPAR	FIOCRUZ	Consultor(a)
CLAUDIA IDA BRODSKYN	CPQGM	Consultor(a)
CLAUDIO ANTONIO BONJARDIM	UFMG	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
GERTRUD MULLER ANTUNES	UFPEL	Consultor(a)
JOAO SANTANA DA SILVA	USP/RP	Coordenador(a)
JOSE ROBERTO MINEO	UFU	Consultor(a)
LUCIA HELENA FACCIOLI	USP/RP	Consultor(a)
MARIA CRISTINA MACIEL PLOTKOWSKI	UERJ	Consultor(a)
MARILIS DO VALLE MARQUES	USP	Consultor(a)
MARINETE MARINS POVOA	IEC	Consultor(a)
RAIMUNDA SAMIA NOGUEIRA BRILHANTE	UFC	Consultor(a)
REGINA MAURA BUENO FRANCO	UNICAMP	Consultor(a)
RICARDO WAGNER DE ALMEIDA VITOR	UFMG	Consultor(a)
ROQUE PACHECO DE ALMEIDA	UFS	Coordenador(a) Adjunto(a)